

Os batistas brasileiros e o golpe militar de 1964

Brazilian Baptists and the military coup of 1964

*Jair Souza Leal**

Resumo

O ano de 1964 no Brasil foi de forte efervescência político-social e culminou com o Golpe e a Ditadura Militar. Havia um grande receio por parte de vários setores da sociedade, incluindo os religiosos, da implantação do comunismo no país. Tal fato fez com que diversos grupos, antes antagônicos, se juntassem para defender um novo inimigo comum. Por meio de uma análise bibliográfica, este artigo busca entender como se posicionou o grupo protestante dos batistas, representados pela Convenção Batista Brasileira e Mineira, frente a este marcante acontecimento da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Golpe. Ditadura. Protestantes. Batistas. Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil.

Abstract

The year of 1964 in Brazil was of a strong political and social effervescence and culminated with the Coup and Military Dictatorship. There was great fear on the part of various sectors of society, including the religious voices, regarding the establishment of communism in the country. This fact made several groups, previously antagonistic, come together to defend a new common enemy. Through a bibliographical analysis, this article seeks to understand how the Protestant group of Baptists, represented by the Brazilian Baptist Convention [Convenção Batista Brasileira e Mineira], stood in face of this remarkable event of Brazilian society.

Keywords: Coup. Dictatorship. Protestants. Baptists. Manifesto of Baptist Ministers of Brazil.

* Doutorando em Ciências da Religião (PUC-MG). E-mail: jairsouzaleal@hotmail.com

Introdução

Os batistas, grupo religioso cristão nascido na Europa como desdobramento da Reforma Protestante do século XVI, desenvolveram-se nos Estados Unidos e começaram a chegar ao Brasil a partir do século XIX com as imigrações. Esta chegada historicamente coincide com a abertura dos portos brasileiros e também com o fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

Diversos fatores contribuíram para a vinda de missionários batistas para o Brasil. Silva (2011) destaca o fator sócio-político dos Estados Unidos da América, na segunda metade do século XIX, em cujo epicentro de discórdia encontrava-se a questão da escravidão e, que, somada a outros fatores, culminou na guerra de Secessão (1861-1865). Segundo Silva (2011), antes mesmo de se deflagrar a guerra civil, a escravidão havia provocado sérias controvérsias no seio das denominações protestantes. No caso dos batistas, por exemplo, em 1845, a sua já centenária convenção que reunia a quase totalidade de igrejas batistas em solo americano, se recusa a admitir missionários que fossem proprietários de escravos. As igrejas sulistas não admitem esta decisão e organizam-se em uma convenção separada das igrejas do norte. O Sul foi vencido na guerra e, conseqüentemente, formou-se um abismo entre protestantes do Norte e do Sul dos Estados Unidos. A derrota, humilhação, perdas humanas, prejuízos materiais, acrescidos da ocupação, forçaram muitos sulistas a migrarem de sua pátria para novas terras.

O término da Guerra Civil determinava que os valores nortistas seriam os valores nacionais. A reconstrução foi um processo penoso e humilhante para os soldados e os agricultores sulistas. Muitos se deslocaram de sua pátria em busca de novas terras e das velhas práticas, como a agricultura e a escravidão. (Silva, 2011, p. 287)

A primeira remessa de missionários enviados não tinha intenção conversionista, antes, tinha por objetivo cuidar dos nacionais que agora habitavam as novas terras. Mas esta postura logo é vencida e missionários são enviados com o objetivo de “salvar” os brasileiros. Portanto, alcançar católicos era o alvo das missões protestantes¹, dentre elas os batistas. Ao longo de sua existência no Brasil, os batistas, apresentaram um crescimento acelerado. Eles expandiram-se por todas as regiões do país e hoje representam, segundo o censo

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o maior grupo dentre os Protestantes de Missão.

É muito forte, desde as origens, na essência do pensamento batista o princípio da separação da Igreja e do Estado. Comentando essa questão, Azevedo (2004) afirma: “Enquanto igreja, os batistas têm pugnado por absoluta separação do Estado”. (Azevedo, 2004, p. 226). Ao que tudo indica, a ideologia batista favorece a existência de um ambiente em que nem sempre emerge um interesse por “problemas que existam fora das paredes de uma igreja” (Lopes, 2012, p. 227), ou uma preocupação que não seja somente com a salvação dos não crentes.

Com foco nesta ideologia propomos que o Movimento de Renovação Espiritual² no seio da denominação batista (1959-1965) se deu no mesmo período em que, no país, processava-se uma forte efervescência nos quadros político-sociais, e que culminará com a Ditadura Militar (1964 a 1985). Assim, internamente havia uma agitação gerada pela renovação carismática e externamente uma agitação político-social que mudaria os rumos históricos do país nos próximos anos. Isso exigia a manifestação e o posicionamento das instituições sociais e religiosas. Como se posicionaram os batistas frente à Ditadura Militar? Teriam restringido sua atuação unicamente à questão interna carismática, ou também voltaram-se para as questões político-sociais externas que emergiam no país? Estas serão as questões abordadas neste artigo.

1. O Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil

Antecipando um paradoxo, na contramão da posição que os batistas irão assumir no período do Regime Militar, e que será abordado posteriormente, em 1963, na sua última Assembleia Geral, realizada na cidade de Vitória (ES), os pastores batistas decidem apresentar à nação brasileira e às igrejas batistas da denominação, um manifesto intitulado, “Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil de 1963”. Buscando identificação com profetas do Antigo Testamento, Jesus e grandes líderes batistas do passado que tiveram histórico de luta político-social, tal documento desafia a denominação, pois apresenta uma postura crítica do momento político vivido no Brasil, e uma interpretação política que não vai prosperar nos anos seguintes. Abaixo alguns trechos do Manifesto.

Reconhecemos ser um privilégio dos Batistas Brasileiros a infindável responsabilidade de contribuir não somente para a solução dos problemas que no momento assoberbam o nosso povo, como também para a determinação do seu destino histórico. Não o afirmamos apenas porque sejamos uma parcela apreciável desse mesmo povo, mas porque entendemos ser essa participação inerente à missão de “sal da terra e luz do mundo”, que o Senhor mesmo nos outorgou. Nossas preocupações estão em consonância não só com as dos profetas bíblicos, [...] como também do próprio Cristo. [...] Entenderam-no assim também Guilherme Carey, o pai das missões modernas, e corajoso batalhador contra o sistema das castas na Índia, Roger Williams, o pioneiro da liberdade religiosa em nosso continente, Walter Rauschenbusch, o arauto das implicações sociais do Evangelho, Martin Luther King Jr., o campeão da luta pelos direitos da minoria negra oprimida, e tantos outros batistas através dos tempos. Resulta daí não só a legitimidade, mas também a necessidade de os membros das nossas Igrejas assumirem as suas responsabilidades como cidadãos, participando efetivamente na vida política do país [...] a fim de influírem nas decisões de que resulta a configuração do nosso destino como nação. [...] concitamos o Povo Batista Brasileiro a integrar-se cada vez mais no processo histórico da nossa nacionalidade, [...] Debrucemo-nos, portanto, sobre a realidade brasileira, procurando compreender-lhe os problemas, sentir-lhe as angústias, partilhando as suas dores. Busquemos nas Escrituras as soluções divinas para os problemas do homem. E, corajosamente, desfraldemos, em nome do Cristo, a bandeira da redenção total da criatura. Da redenção temporal e eterna do povo brasileiro! (Manifesto dos Ministros Batistas do Brasil, *O Jornal Batista*, Ano LXIII, Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1963, Edição nº 37, primeira página).

Analisando o documento e a postura dos líderes batistas explicitada nesse documento, Burity (1988, p. 37) observa que, citar uma série de personagens batistas bem conhecidos foi uma forma que encontraram de amenizar qualquer tipo de reação contrária por parte dos batistas conservadores. Afinal, como expõe Lopes (2012, p. 229): “A membresia batista foi marcada por seu afastamento do discurso político e social, e esse fato poderia gerar certa hostilidade contra os Ministros e conseqüentemente contra o Manifesto”. O período em que o Manifesto foi escrito é de ebulição político-social que culminará com o Golpe e a Ditadura Militar. Porém, reflete o sentimento de urgência da época, dentro de um contexto maior, a realidade nacional.

Segundo Lopes, “O Manifesto faz uma leitura da realidade repleta de desafios, lutas e injustiças e se torna um retrato desse tempo marcado pela luta e pelo eminente processo revolucionário”. (Lopes, 2012, p. 230). Ele entende que o Manifesto “recebeu influências fortíssimas de movimentos sociais externos à igreja evangélica”. Trata-se, portanto, de um “documento histórico marcado por

sua abrangência e posicionamento político, porém, não ideológico”. Lopes afirma que o documento recebeu críticas dentro da Convenção Batista Brasileira, mas recebeu também aplausos, afinal, apresentava uma “visão coletiva que inspirava a necessidade da Igreja responder às questões históricas do Brasil” (Lopes, 2012, p. 230-231). Não obstante, conclui-se que a operosidade, amplitude e durabilidade histórica do posicionamento, apresentados no Manifesto, foram de pouco convencimento.

O Manifesto dos Ministros certamente está conectado ao seu ambiente histórico, pois em suas linhas ficam evidenciadas a preocupação com uma realidade nacional. [...] sua abrangência e vigor demonstram uma visão do seu tempo e uma convincente ideia vocacional de que a igreja não pode abster-se dos conflitos épicos. Finalmente, apesar de estar inserido num contexto amplo e de envolver-se com a situação nacional, o MM poderia ter sido mais significativo aos batistas, [...]. (Lopes, 2012, p. 231)

Segundo Burity, o espírito do documento se esvaiu rapidamente diante de outra situação que começava a se descortinar no país. Ele passa a ser visto como muito próximo do “pensamento democrático liberal e de esquerda dos grupos políticos” (Burity, 1988, p. 45), que serão fortemente atacados a partir de 1964. No período, começam-se a abandonar posturas como a demonstrada no Manifesto, posturas de engajamento, que passam a ser substituídas pela de alienação e silêncio. Assim, os acontecimentos subsequentes irão apontar que, embora tenham tido oportunidade, “os batistas não se integraram no processo histórico da nacionalidade. Apenas declinaram do convite”. (Burity, 1988, p. 45).

Houve uma regressão ao pensamento descrito por Crabtree. Ele mostra que a Junta de Richmond, nos EUA, ao avaliar em 1859 as possibilidades de enviar missionários para o Brasil, admitia a similaridade entre os dois países. Via como vantagem que em ambos os países havia escravidão, fato que deixaria os missionários bem aclimatados, afinal, “o Brasil era como os Estados Unidos, tem escravos e os missionários enviados pela Convenção Batista do Sul não podiam sentir-se constrangidos a combater a escravatura e assim envolver-se na política do país” (Crabtree, 1962, p. 58). Logo, a postura de conformidade ao *status quo* social existente estava presente na ideologia trazida pelos missionários batistas norte-americanos, algo que destoava do “seu passado de lutas em favor das liberdades civis, democráticas e do cidadão na Inglaterra e nas colônias norte-americanas nos séculos XVII e XVIII” (Pinheiro, 2013, p. 240).

Analisando este cenário, Pinheiro avalia que “no nível das relações sócio-políticas, ao mesmo tempo em que à membresia é oferecido um discurso de afastamento da ação política, os dirigentes da igreja batista mantêm um estrito vínculo como o poder” (Pinheiro, 2013, p. 242). E conclui que a postura dos batistas em relação à Ditadura Militar foi de aliança, fato que destoava do espírito evidenciado no Manifesto de 1963. Deve-se levar em conta que “para a estrutura organizacional dos batistas, rigorosamente falando, não há nenhuma fala representativa do conjunto dos membros das igrejas” (Pinheiro, 2013, p. 243), sua forma singular eclesiológica faz com que cada congregação, autônoma, vincule-se à Convenção, sem a ela ser submetida. Assim, falar em nome da denominação “só é possível por delegação explícita de poder para tal através da Convenção, reunida em assembleia” (Pinheiro, 2013, p. 243).

O mesmo Pinheiro avalia que o Manifesto dos líderes batistas, reunidos e proclamados por seus órgãos oficiais, *O Jornal Batista (OJB)*, em 14 de setembro de 1963, e assinado por sua entidade, a Ordem dos Ministros Batistas do Brasil, aprovado em assembleia convencional, expressa muito acertadamente o sentimento de grande parte dos batistas e de sua liderança. Segundo Pinheiro (2013, p. 246), daí a contradição, no ano seguinte, o “pensamento liberal de esquerda expresso no *Manifesto dos Ministros batistas*”, é sobrepujado por uma visão conservadora de direita, fazendo com que se alinhem com “a oposição ao governo de João Goulart”. Com isso, “o pensamento batista foi se atrelando à pregação feita pelos teóricos da Guerra Fria” e todos os “que defendiam o Evangelho Social, [...] passaram a ser tachados de comunistas” (Pinheiro, 2013, p. 247). Refletindo sobre esta mudança de postura, Pinheiro, conclui:

Veio o golpe e os batistas brasileiros construíram um profícuo relacionamento com o bonapartismo militar. E o *Manifesto dos Ministros batistas* passou a ser visto como demonstração de não ortodoxia, pois se articulava com o pensamento liberal de esquerda. [...] tal postura de alinhamento com os militares tinha uma lógica, a de que os evangélicos, de um modo geral, sempre aspiraram a uma rápida ascensão econômica e social. E com o golpe militar deram-se as condições para esta ascensão social. E, por isso, em 1964, os evangélicos foram os primeiros a apoiar o golpe. (Pinheiro, 2013, p. 249)

O mesmo autor entende que o landmarquismo³, que influenciou fortemente o pensamento e prática dos batistas, “se fortaleceu diante das pressões do imperialismo e da Guerra Fria” (Pinheiro, 2013, p. 250) e, por

consequência, esta realidade favoreceu a expressiva mudança dos pastores batistas e da denominação a optarem “por uma práxis solidária com o regime” (Pinheiro, 2013, p. 250). O sociólogo Paul Freston afirma: “Em geral, a relação dos protestantes com o regime militar é vista como muito próxima”. Para ele, “boa parte das missões americanas viu a crise pré-golpe como prenúncio de uma segunda China”. Assim, “os debates sobre questões sociais nos jornais das igrejas históricas cessam abruptamente” (Freston, 1994, p. 25). Especificamente acerca dos batistas, Freston diz:

A Convenção Batista Brasileira, através de *O Jornal Batista*, manifestou reiteradamente seu apoio ao novo regime. A polêmica que alguns pastores vinham mantendo no jornal sobre a ação social da igreja foi rapidamente esquecida, junto com o Manifesto da Ordem dos Ministros Batistas de 1963, que defendia reformas de base na vida nacional para combater a atual distribuição de riqueza. A posição da hierarquia batista no período militar ficou tão notória que o Presidente Carter, diácono batista e empenhado numa política a favor dos direitos humanos, evitou reunir-se com os batistas brasileiros quando visitou o país. (Freston, 1994, p. 26)

Avançando, Freston faz uma observação que soa, ao mesmo tempo, como uma crítica aos evangélicos em geral. Para ele, “era compreensível que não quisessem entrar em choque com o governo para não ficarem expostos a todo o peso da repressão, nem por isso era necessário se deixarem transformar em ‘sustentáculos civis’ do regime” (Freston, 1994, p. 27). Freston destaca que as reações iniciais de católicos e protestantes quanto ao golpe foram parecidas, até com coincidência de linguagem, reconhecendo que Deus havia atendido suas orações (Freston, 1994, p. 25). Tais afirmações são confirmadas pelo cientista político Robinson Cavalcanti, que, porém, indica uma diferença de posição entre católicos e protestantes que veio a ocorrer nos anos seguintes da ditadura militar.

Se o movimento de 31 de março de 1964 pudesse ser comparado a uma composição ferroviária que é forçada a seguir por um desvio (em 1968), poderíamos dizer que a maioria da liderança da Igreja Romana resolveu descer na primeira estação após a entrada no desvio. Os católicos vinham ocupando os vagões da primeira classe e os evangélicos, os vagões da segunda classe. Quando aqueles desceram, estes foram convidados a se mudarem para os vagões da primeira classe (com acesso ao carro-restaurante) e o fizeram com prazer, ficando imensamente agradecidos pela deferência. A viagem pelo desvio durou mais de uma década. Apesar do desconforto de alguns trechos, [...] a tripulação não cessou de se esforçar em tratar bem os passageiros. Poucos foram

os que resolveram descer do trem e seguir viagem por outro caminho e outros meios de transporte. (Cavalcanti, 2004, p. 228)

Certamente, existem algumas razões pelas quais os protestantes e os batistas entre eles, aderiram ao regime militar sem grande resistência e sem voz de protesto. Conforme Freston (1994), a presença protestante no cenário político nacional era quase nula na República Velha. Na era Vargas, há um estreitamento de relações do Estado com a Igreja Católica, que era a religião hegemônica no país, e tinha vantagem de 400 anos em relação aos protestantes, que ainda tentavam se consolidar no Brasil. Esta relação fortalecia certo sentimento anticlerical. Outra razão é destacada por Reily, segundo ele: “As igrejas protestantes, a maioria originária do sul dos Estados Unidos, trouxeram consigo a forte influência da ‘Igreja espiritual’, que relegava a política a César” (Reily, 1993, p. 272). Ele afirma que esta postura de indiferentismo para com as questões político-sociais foi reforçada pelo fato de que, à época, “o número de possíveis votos protestantes era inexpressivo” e, somado ao sentimento de anticatolicismo, os protestantes concluíam: “se católicos se envolviam na política, os protestantes deviam então afastar-se dela” (Reily, 1993, p. 272). Cavalcanti entende que havia um sentimento nacional de apoio ao regime, que era visto como único meio de salvar a Constituição de 1946 “contra a ameaça de um regime totalitário marxista, no estilo cubano”, sendo, talvez, esta razão, “a justificativa maior” (Cavalcanti, 2004, p. 209).

2. Os batistas brasileiros face à Ditadura Militar

Estabelecidas às razões, e confirmando que o sentimento anticomunista era grande, Cavalcanti, diz algo dos católicos que também se aplica aos protestantes: “No fundo, os clérigos e leigos temiam que o Brasil marchasse para uma ditadura marxista-leninista. A experiência histórica das igrejas com esse tipo de regime não era das mais confortáveis” (Cavalcanti, 2004, p. 212). Também Reily (1993, p. 315) confirma: “Houve um alto grau de aceitação da intervenção militar pelos protestantes, a princípio pelo medo de que João Goulart estivesse conduzindo o país a um caos socialista e possivelmente à guerra civil”. E Cavalcanti conclui: “preocupados com a situação nacional e com a indefinição dos nossos rumos políticos, convocaram as igrejas para celebrarem um Dia

Nacional de Jejum e Oração pela Pátria” (Cavalcanti, 2004, p. 212,215). Este fato ocorreu antes da eclosão do dia 31 de março de 1964.

Mais exatamente, em 1963, Eneas Tognini, então pastor da Igreja Batista de Perdizes em São Paulo, convocou as igrejas evangélicas de todo o país para, no dia 15 de novembro, realizar o dia de Jejum, Oração e Humilhação para que o Brasil fosse “liberto do perigo do comunismo”. Segundo ele, através de entrevista realizada por Leandro Seawright, em 2008, para sua tese de doutorado, a importância do movimento convocado por ele é descrito da seguinte forma:

Creio que o ponto mais alto do trabalho que Deus me mandou fazer, contudo, foi no dia 15 de novembro de 1963, quando aconteceu o dia de jejum, oração e humilhação [...] Nós oramos bastante e o temor de Deus caiu sobre todos [...] Foi assim que Deus respondeu a oração de 15 de novembro de 1963 com 31 de março de 1964, quando o Brasil ficou livre do comunismo. Por causa dessa campanha nós temos a liberdade! (Alonso, 2016, p. 129-130)

Ainda que encabeçado pelos batistas, o clima anticomunista e favorável ao Golpe gerado em seguida à campanha de oração e jejum, alcançou a integralidade dos evangélicos no país, os quais em sua integralidade partilhavam o mesmo sentimento de gratidão a Deus pela resposta às suas preces. Nas palavras de Cavalcanti,

[...] a crença generalizada entre os protestantes [...] era de que o movimento de 31 de março fora “resposta de Deus às orações de seu povo”. Isso concorreu para dar um caráter sagrado ao novo regime, incluindo-se a perda de capacidade crítica e prática profética diante dos desvios que se seguiram. [...] Mais e mais aquelas denominações – em um mecanismo de autodefesa – iam enfatizando as tradições e as confissões de fé. Ao mesmo tempo iam se assemelhando ao regime vigente no país: tornaram-se rígidas, autoritárias, exclusivistas, intolerantes, repressivas. (Cavalcanti, 2004, p. 215-216)

Neste sentido, Cavalcanti (2004, p. 216) afirma que os protestantes não “estavam equipados para distinguir socialismo de comunismo nem os diversos tipos de socialismo”. Por isso, entenderam que o novo regime trazia segurança, liberdade religiosa e desenvolvimento, e ficaram “encantados”, tornando-se os “sustentáculos civis do regime”. Como uma grande ala católica tornou-se logo nos primeiros anos opositora do Regime, esse procurou investir nos protestantes. Assim, “os evangélicos, no passado uma minoria discriminada, que por tanto tempo orara pelo livramento, saudaram de bom grado a nova situação, uma

verdadeira “bênção” (Cavalcanti, 2004, p. 228-229). Então, ressalvado a exceção dos que se posicionaram contrários, a maioria se insere nesta declaração forte e incômoda de Cavalcanti,

A ingenuidade, o baixo nível de instrução, a reduzida experiência política e a credulidade tornaram os evangélicos presas fáceis, cordeiros nas mãos de lobos. Nem todos eram inocentes, e muitos foram perdendo a inocência pelo caminho, maculados por benesses e mordomias [...]. O antipoliticismo foi, aos poucos, sendo substituído pelo adesismo. Participar da política era válido, desde que a favor do governo. [...] Votar na oposição passou a ser pecado. Uma visão maniqueísta passou a ter a oposição como constituída de maus: os comunistas. Na maioria das igrejas, quem não pensasse assim seria perseguido ou posto ‘no gelo’. O protestantismo, ex-arauto da democracia e do progresso, vestiu a roupa do integrismo [...]. (Cavalcanti, 2004, p. 229)

Reily (1993) destaca por seu turno que passou a haver entre os protestantes uma apatia política, um total desinteresse. Em contrapartida, foi aumentando a preferência por assuntos “espirituais”. Muitos se voltaram para os problemas internos, sobretudo os batistas, fixando seu foco em campanhas evangelísticas de âmbito nacional. Reily entende que a reação batista ao golpe militar foi lançar sua Campanha Nacional de Evangelização, com o tema, “Jesus Cristo, Esperança Nossa”,

De todas as igrejas históricas, só os batistas conseguiram manter sua antiga ênfase evangelística, sem passar por uma crise de maiores proporções. A característica mais marcante da denominação no período do regime militar tem sido suas grandes campanhas de evangelização nacionais e continentais. Há [...] evidência sólida de que os batistas encararam a Campanha Nacional de Evangelização (1965) como sua resposta ao golpe de 1964. Devidamente aprovada pela 46ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, [...]. (Reily, 1993, p. 317)

O tema é sugestivo. Para Reily, esta foi uma forma da liderança batista comunicar ao seu povo que as soluções meramente políticas eram ineficientes, sendo Cristo a “Única Esperança”. Reily diz que “o redator do *Jornal Batista* procurou orientar os batistas do Brasil quanto ao comportamento frente ao golpe militar, que ele interpretou como uma vitória da democracia sobre o comunismo” (Reily, 1993, p. 320). O redator era o historiador José Reis Pereira, o mesmo que no passado havia sido signatário do Manifesto de 1963. Agora, dava conselho aos batistas sobre qual deve ser seu comportamento frente ao golpe militar. Assim, no *Jornal Batista* de 12 de abril de 1964, esclarece:

Os acontecimentos políticos militares de 31 de março e 1º de abril que culminaram com o afastamento do presidente da república vieram, inegavelmente, desafogar a nação. Porque estávamos vivendo num clima pesado de provocações, de ameaças, de agitações, que nos roubavam o mínimo de tranquilidade necessária para poder trabalhar e progredir. Necessária inclusive para a pregação do Evangelho. Agora as coisas mudaram. Era tempo. [...] A democracia já não está mais ameaçada. [...] Alegremo-nos saber [...] que o movimento de salvaguarda da democracia verificou-se sem sangue. [...] Estamos certos, por exemplo, de que Deus atendeu às orações incessantes de seu povo pela pátria. [...] Um milagre de Deus, atendendo as orações de seu povo. (O Jornal Batista, Ano LXIV, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964, Edição nº 15, pág. 03)

Em paralelo, e de modo não menos importante, encontra-se a orientação que o pastor João Filson Soren forneceu à sua Igreja (Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro), e que se tornou fundamental neste contexto, devido ao prestígio deste pastor. Ele, em 1960, foi eleito presidente da Aliança Batista Mundial. Foi por onze vezes presidente da Convenção Batista Brasileira, e também professor de teologia no Seminário Batista do Sul do Brasil no Rio de Janeiro. Assim, devido à sua grande influência e, como afirma Reily (1993), acrescido do fato de que sua orientação foi publicada no *Jornal Batista*, fez com que o documento se tornasse normativo, ainda que não-oficial. Seu texto foi publicado no *Jornal Batista* do dia 31 de maio de 1964. O posicionamento de Soren reflete a postura protestante em geral no período do regime militar, bem como dos batistas em particular.

A Igreja [...] é uma entidade de natureza religiosa, cuja missão e tarefa são de finalidade precípua e essencialmente espiritual. [...] A Igreja, a ser fiel à sua missão, não poderá aliar-se a organizações ou movimentos políticos, ideológicos ou partidários, mesmo quando tais correntes desfraldam bandeiras e ostentam legendas que afinem com os ideais da Igreja e do Evangelho. [...] Não deve a Igreja formar, quer na ‘marcha dos camponeses’, quer na ‘marcha da família’. Trata-se de movimentos políticos cujas fileiras as igrejas não devem engrossar. [...] Se não cabe a vinculação da Igreja em partidos políticos, também não é cabível jungi-la a regimes de governo, [...]. Embora reconhecendo que alguns regimes políticos mais do que outros favorecem e facilitam as atividades da Igreja, não se deve incorrer no erro de supor que um regime tem a sanção da Igreja enquanto que outro não. [...] A política da Igreja é a política de um reino espiritual, cuja alma é a verdade e cujo poder é o Espírito Santo. (O *Jornal Batista*, Ano LXIV, Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1964, Edição nº 22, primeira página)

Luciane Almeida avalia a declaração de Soren como contraditória. Segundo ela, na prática, os batistas apoiavam o Governo Militar, enquanto “reivindicava como princípio fundamental o distanciamento dos assuntos relacionados ao cotidiano político do país” (Almeida, 2015b, p. 189). E, conquanto no discurso se apresentasse neutro em relação a qualquer regime, na prática entendia que “o respeito ao poder estabelecido garantiria seu espaço no cenário religioso brasileiro marcado pela hegemonia católica”. (Almeida, 2015b, p. 189). Ela mostra ainda que, nas entrelinhas, a indiferença dita para com qualquer regime de governo não se sustentava na prática, e afirma que: “Durante o Governo Militar, a submissão às autoridades constituídas ganharia uma característica especial: o anticomunismo” (Almeida, 2015b, p. 193).

Luciane Almeida conclui que no “documento que se propunha a recomendar a total neutralidade frente aos regimes políticos, já havia uma ressalva que localizava o comunismo à parte do que se entendia por formas de governos aceitáveis” (Almeida, 2015b, p. 193). Assim, ela afirma que a partir da década de 1960, seguindo tendência de jornais conservadores da época que circulavam no país, a imprensa batista foi “o principal instrumento divulgador das doutrinas anticomunistas entre o grupo” (Almeida, 2015b, p. 195), declarando que estes comunistas pregavam o ateísmo, eram inimigos de Cristo, promovedores de guerras e destruição e que certamente guerrearão contra o próprio cristianismo. Tal regime devia, portanto, ser rejeitado e resistido. Este sentimento levanta-se como uma das mais fortes razões do apoio dos batistas ao Governo Militar.

Luciane Almeida (2015b) e Reily (1993) afirmam que o documento do pastor Soren, produzido para orientação pastoral de sua igreja, ao ser publicado no *Jornal Batista*, acaba se tornando extraoficialmente uma carta de princípios para a relação dos batistas com o Estado. Por fim, Luciane Almeida, aponta a contradição dos batistas na conjuntura do golpe. Em sua relação política, tradicionalmente, os batistas sempre declararam apoio irrestrito às autoridades constituídas enquanto se esforçam para manter o princípio da separação entre Igreja e Estado. Destarte, o documento intitulado *A igreja em Face das Injunções Políticas* do pastor Soren, conquanto pretendesse servir de orientação doutrinária aos batistas brasileiros e representar a decisão dos batistas em manter-se alheio “a toda e qualquer forma de expressão política, na prática, cumpriu a função de

encobrir a intensa atuação batista junto ao Governo Militar” (Almeida, 2015b, p. 192-193). Ela assegura:

Para garantir que a posição das lideranças batistas fosse hegemônica, qualquer posicionamento contrário à doutrina oficial da Denominação era duramente combatido, evitando assim que a frutífera relação consolidada com os militares sofresse riscos de ser abalada. Dessa forma, o tratamento dispensado aos membros que ousavam contestar as hierarquias eclesiásticas e políticas reproduziu a repressão implementada pelos militares na sociedade em geral [...]. (Almeida, 2015b, p. 197-198)

Por certo, Luciane Almeida, como forma de fazer justiça, ressalta que este foi o posicionamento da maioria dos fiéis na denominação, sobretudo da sua liderança, mas não havia unanimidade. Houve vozes contrárias, resistência e oposição dos que tinham um pensamento crítico em relação ao regime. Esses tentavam despertar a atenção para “a necessidade de uma maior atuação frente aos problemas sociais do país”. (Almeida, 2015b, p. 192). Corrobora desse pensamento, Adroaldo José Silva Almeida. Segundo ele, mesmo que “a orientação pastoral da maioria das igrejas evangélicas espalhadas pelo país tenha se voltado para o apoio ao governo militar”, não se pode concluir que “todos os fiéis, em suas respectivas igrejas, tenham sido obedientes, ainda mais de forma irrestrita”. (Almeida, 2015a, p. 217). No entanto, segundo a mesma autora, o ambiente extremamente conservador do Governo Militar fazia os contrários serem “confundidos e identificados, propositalmente, na maioria das vezes, como sendo comunistas”. (Almeida, 2015a, p. 192). Para agravar a situação, Adroaldo Almeida (2015b) destaca que havia se estabelecido um sentimento religioso de “gratidão” para com o governo que “livrou o país da ameaça comunista”, e a oportunidade aberta face à nova conjuntura demonstrou ser mais vantajosa a aproximação e colaboração pública e incondicional ao Governo Militar ao mesmo tempo em que se realizava um afastamento das questões “desse mundo”, sobretudo da política. A oportunidade dos protestantes face ao Governo Militar é descrita por Souza como segue:

Muitas denominações evangélicas tiveram, no período do governo militar, pessoas a elas vinculadas, ocupando cargos nos governos municipais, estaduais e federal, o que foi saudado pelas hierarquias eclesiásticas, pois viam nesse fato uma oportunidade que Deus estaria oferecendo a tais pessoas para ajudarem na transformação do país. (Souza, 2014, p. 59)

Outro importante dado trazido por Souza, é que, nos primeiros anos, não só as diversas instituições religiosas deram apoio ao novo regime, segundo ele, grupos de profissionais da classe média se manifestaram pela democracia e contra o comunismo, diversas associações de advogados, médicos, engenheiros e até a Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo. Todos emitiram manifestos de apoio ao Governo Militar em defesa da ordem e contra o comunismo. No caso específico dos protestantes, sua cosmovisão era de que “a luta contra o comunismo ateu [...] era também uma luta religiosa. Ordem e autoridade são conceitos fundamentais no pensamento protestante [...] O anticomunismo estava presente no discurso dos protestantes desde décadas anteriores” (Souza, 2014, p.113-114).

Para Almeida (2016, p. 20), “a oposição batista ao comunismo seguiu a tendência das demais instituições religiosas”. Neste caso, “justificava-se como argumento de que o comunismo, além de pôr em xeque valores morais considerados essenciais para a tradição cristã ao defender o divórcio e o aborto, chegou ao extremo de divulgar e propor o ateísmo”. Considerando a crise política brasileira que emerge no país a partir de 2013, como um paralelo, o discurso dos evangélicos conservadores, fundado na luta contra o aborto, contra a união homoafetiva, na questão da identidade de gênero, não é recente, encontra no discurso anticomunista a expressão de afronta aos valores que defendem. O que se prega hoje esteve na base do apoio dos evangélicos ao Golpe Militar de 1964.

Conclusão

Portanto, a conjuntura político-social-religiosa contribuiu para a efetivação do golpe e manutenção do Regime, ainda que, tempos depois, com o endurecimento do Regime e a aplicação de tortura, fez grande parte destas instituições romperem com o mesmo e iniciar uma ofensiva de oposição e crítica. Nas palavras de Souza (2014, p. 149): “O golpe militar recebeu o apoio de muitas pessoas que logo se decepcionaram com os rumos tomados pelo novo governo”. Souza afirma que mesmo destacados jornalistas que de início deram apoio à intervenção militar, logo se tornaram adversários do regime, em questão de dias ou meses (Souza, 2014, p. 149). Souza destaca que a força da “propaganda anticomunista, o medo da anarquia com a entrega do país aos sindicalistas e aos comunistas, unia pessoas com ideologias muito diferentes na saudação do golpe

que salvaria a nação” (Souza, 2014, p. 149-150). Assim, o erro não foi o que se estabeleceu no início, mas, o que prevaleceu durante todo o Regime.

O campo religioso também recebeu o impacto do golpe e, como em toda a sociedade, teve pessoas que imediatamente se manifestaram contra; outras saudaram o golpe, mas logo perceberam algumas falácias e mudaram a postura; os demais deram apoio integral até o período final da ditadura. Já se tem escrito sobre o apoio dos evangélicos ao governo militar e o que se percebe é que, em geral, as lideranças foram ávidas em apoiar o novo regime. Por isso, os jornais das Igrejas, as decisões conciliares e os pronunciamentos da hierarquia estiveram marcando claramente que, como bons brasileiros, era mister que se apoiasse o novo governo, como sinal de amor à Pátria e de obediência a Deus. Os verdadeiros cristãos deveriam orar pelos governantes e abominar os inimigos. (Souza, 2014, p. 150)

Então, a questão em destaque não é tanto o porquê a maior parte da sociedade e das instituições civis e religiosas, em meio ao caos político-social reinante, ao cenário externo de guerra fria, a ameaça comunista, e a fragilidade da democracia brasileira, juntaram-se em apoio ao Golpe Militar. O ponto alto está nos motivos que levaram parte desses, mesmo depois de confirmadas as falácias do novo regime e implantada a Ditadura Militar, a permanecer alinhados ao mesmo, sem adotar uma postura crítica, sem oposição, sem se tornar uma voz de alerta, voz “profética”.

Encerrando o artigo e verticalizando o tema tratado para a postura adotada pela Convenção Batista Mineira face ao Governo Militar, destaca-se o fato de que as duas únicas obras que tratam sobre a origem e desenvolvimento dos batistas mineiros e da Convenção Batista Mineira, sequer abordam o tema. Há aqui uma espécie de evasão da história, ou, buscando paralelo em uma regra parlamentar utilizada pelos batistas em suas assembleias administrativas, quando, quem preside à mesa, após discutir uma matéria, finaliza o assunto com o voto do plenário ao pronunciar: “contrários manifestem-se ficando de pé, não havendo contrários, o silêncio aprova”. De igual modo, entende-se que o silêncio dos batistas e sua não manifestação contrária, apresenta seu voto de aprovação ao regime. Nenhuma ata das assembleias realizadas no período do Governo Militar tocam o assunto. O jornal *O Batista Mineiro*, órgão oficial de imprensa da Convenção Batista Mineira, não dedica sequer uma página para tratar do assunto, orientando os batistas mineiros sobre qual deveria ser seu posicionamento frente ao novo regime, se de apoio ou de crítica.

Portanto, a tese aqui esboçada é de que os batistas mineiros partilharam a orientação dada pela Convenção Batista Brasileira, seu órgão maior. Neste caso, tendo partido do geral para o específico, é possível afirmar com certo grau de precisão que, o que se aplica aos protestantes em geral, aplica-se aos batistas brasileiros e mineiros em particular.

Assim, toda análise aqui feita vincula os batistas brasileiros em geral e mineiros em particular. Como em um quesito de regra parlamentar de sua assembleia administrativa, o silêncio aprova esta afirmação. Seria improvável à Convenção Batista Mineira adotar uma postura diferente da Convenção Batista Brasileira, porque não se sustentaria. O clima de aversão ao comunismo e a tudo que a ele pudesse ser vinculado, seria duramente rechaçado. Quem se opunha ao Governo Militar era considerado comunista. Por esta razão, nenhum dado novo pode ser acrescentado ao que já está dito. O geral dos batistas brasileiros se aplica ao particular dos batistas mineiros. E, como os militares partiram de Juiz de Fora, como Minas Gerais foi o ponto de partida do golpe militar, os batistas mineiros perderam uma grande oportunidade de escrever uma história diferente no seio da denominação batista, do protestantismo, da sociedade brasileira. Assim, ainda que rechaçada naquele momento histórico, hoje teria motivos de que se orgulhar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luciane Silva de. O comunismo é o ópio do povo: representações dos batistas sobre o comunismo, o ecumenismo e o governo militar na Bahia (1963-1975). In: PORTELA, Camila da Silva; SILVA, Joelma Santos da; SANTOS, Lyndon de Araújo; SANTOS, Thiago Lima dos (Orgs.). *Leituras sobre religião: cultura, política e identidade*. São Luís: EDUFMA, 2015.

ALMEIDA, Luciane Silva de. *Missionários do inferno: representações anticomunistas dos batistas no Brasil (1917-1970)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. Entre a Bíblia e o fuzil: a trajetória do líder camponês, Manoel da Conceição, durante a ditadura militar. In: PORTELA, Camila da Silva; SILVA, Joelma Santos da; SANTOS, Lyndon de Araújo; SANTOS, Thiago Lima dos (Orgs.). *Leituras sobre religião: cultura, política e identidade*. São Luís: EDUFMA, 2015.

ALONSO, Leandro Seawright. *Ritos da oralidade: a tradição messiânica de protestantes no Regime Brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2016.

AZEVEDO, Israel Belo. *A celebração do indivíduo: a formação do pensamento batista brasileiro*. São Paulo: Vida Nova, 2004.

BURITY, Joanildo. A redenção total: a reconstrução protestante da realidade brasileira. In: HALLIDAY, Tereza Lúcia (Org.). *Atos retóricos; mensagens estratégicas de políticos e igrejas*. São Paulo: Summus, 1988.

CAVALCANTI, Robinson. *Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica*. Viçosa: Ultimato, 2004.

CRABTREE, A. R. *História dos batistas do Brasil: até o ano 1906*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontro Editora, 1994.

LOPES, José Eduardo. Bases históricas do “Manifesto dos Ministros Batistas”. In: PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo (Orgs.). *Os batistas: controvérsias e vocação para a intransigência*. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

O *JORNAL BATISTA*, Ano LXIII, Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1963, Edição nº 37, primeira página.

O *JORNAL BATISTA*, Ano LXIV, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1964, Edição nº 15, pág.03.

O *JORNAL BATISTA*, Ano LXIV, Rio de Janeiro, 31 de Maio de 1964, Edição nº 22, primeira página.

PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo (Orgs.). *Os batistas: controvérsias e vocação para a intransigência*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Aste, 1993.

SANTOS, Marcelo. Raízes históricas e teológicas dos batistas: de onde viemos? In: PINHEIRO, Jorge; SANTOS, Marcelo (Orgs.). *Os batistas: controvérsias e vocação para a intolerância*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013. p. 13-50.

SILVA, Elizete da. Os batistas no Brasil. In: SILVA, Elizete da; SANTOS, Lyndon de Araújo; ALMEIDA, Vasni de (Orgs.). *“Fiel é a palavra”*: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2011. p. 283-336.

SOUZA, Silas Luiz de. *Protestantismo & Ditadura: os presbiterianos e o governo militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

¹ O Brasil, hegemonicamente católico, poderia ser considerado um país cristão. Não pensavam assim os batistas. Conheciam o catolicismo e o compreendiam idólatra e apegado ao culto de Maria e dos Santos. Consideravam isso perigoso desvio dos ensinamentos evangélicos. Entendiam que o evangelho, precisava ser pregado não só aos brasileiros, mas a todos os católicos do mundo (Pereira, 1982, p. 9-10).

² O Movimento de Renovação Espiritual foi a chegada do pentecostalismo na denominação batista, e que culminou no primeiro cisma na história da denominação.

³ O nome “landmarquismo” foi extraído de um folheto de James M. Pendleton intitulado, “An Old Landmark Reset” (um antigo marco divisório recolocado - 1856), uma alusão ao texto bíblico de Provérbios 22.28 que diz: “Não remova os marcos antigos”. Landmarquismo foi um movimento surgido em torno de 1850, no Sul dos Estados Unidos, que considerava que os primeiros cristãos tinham sido batistas. Defendiam que uma pessoa, para ser corretamente considerada cristã, precisava ser um batista. Buscava preservar o que consideravam os velhos marcos do cristianismo neo-testamentário. A influência do landmarquismo chegou ao Brasil por meio dos missionários batistas vindo do Sul dos Estados Unidos. Dentre as suas práticas estão: não convidar pregadores

de outras denominações evangélicas para pregar em suas igrejas; rebatizar toda pessoa que queira fazer parte de sua igreja, mesmo que já tenha sido batizada em outra igreja evangélica por imersão; praticarem uma ceia ultra-restrita em que só participam membros da igreja local, sendo esta comunhão negada inclusive a outros batistas presentes que pertençam a outra igreja batista local. Defendem a teoria J.J.J - Jerusalém, Jordão e João, que afirma que os batistas são originários diretos do Novo Testamento em uma sucessão apostólica histórica. O grande marco do landmarquismo foi o livro *O Rasto de Sangue*, do pastor batista, J.M.Carrol, que foi grandemente divulgado no Brasil pelos primeiros missionários (Santos, 2012, p. 30-33).

Recebido em 31/07/2017, revisado em 09/02/2018, aceito para publicação em 09/03/2018.